



Instituto de Desenvolvimento Educacional do Alto Uruguai - IDEAU



# REI

REVISTA DE EDUCAÇÃO DO IDEAU

v.4 - n.8 - Janeiro - Junho 2009

Semestral

*Artigo:*

## **O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS E A INCLUSÃO DA CRIANÇA DE 6 ANOS DE IDADE: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS**

*Autoras:*

Camila Comin<sup>1</sup>

Consuelo Piaia<sup>2</sup>

Luciane Spanhol Bordignon<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Prof. Especialista em Metodologia de ensino de línguas com ênfase em interdisciplinaridade e mestranda em Educação.

<sup>2</sup> Prof. Mestre em Educação da Faculdade IDEAU e da Rede Pública estadual do RS.

<sup>3</sup> Prof. Mestre em educação da Rede Pública estadual do RS.

## **O ENSINO FUNDAMENTAL DE 9 ANOS E A INCLUSÃO DA CRIANÇA DE 6 ANOS DE IDADE: TENDÊNCIAS E PERSPECTIVAS**

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo discutir as tendências e perspectivas possíveis de serem vislumbradas a partir da ampliação do Ensino Fundamental de oito para nove anos e da inclusão das crianças de seis anos de idade nesta etapa da Educação Básica. Para isso, procuramos analisar alguns textos legais e dialogar com autores para, a partir deles, elaborar um conhecimento mais próximo do contexto da criança, fornecendo elementos para que a instituição educacional possa melhor receber e criar condições favoráveis de aprendizado a esses seres humanos, respeitando e aprendendo com suas características físicas e psíquicas.

**Palavras-chave:** criança, aprendizagem, políticas educacionais, ensino de nove anos.

**Abstract:** The present article has for objective to argue the possíveis trends and perspectives to be glimpsed from the magnifying of Basic eight Ensino for nine years and of the inclusion of the children of six years of age in this stage of the Basic Education. For this, we look for to analyze some legal texts and to dialogue with authors for, from them, to elaborate a knowledge next to the context of the child, being supplied elements so that the educational institution can better receive and create conditions favorable of learning to these human beings, respecting and learning with its physical and psychic characteristics.

**Key words:** educational child, learning, politics, education of nine years.

### **INTRODUÇÃO**

A discussão da temática da ampliação do Ensino Fundamental passa por dois eixos básicos: as implicações das políticas educacionais e dos processos educativos. A educação faz parte dessa relação e deve se pautar em ações conscientes e intencionadas de vários sujeitos em favor do desenvolvimento das crianças, adolescentes e adultos com vistas a sua realização pessoal.

No ano de 2006, a Lei no 11.274, seguindo orientação da LDB 9304/96 que sinalizava para a ampliação da obrigatoriedade do ensino Fundamental de 8 para 9 anos, institui o ensino fundamental de nove anos de duração com a inclusão das crianças de seis anos nesta modalidade de ensino. Os estados, os municípios e o distrito federal terão até 2010 para implementar esta lei. Um dos objetivos para que esta política educacional seja efetuada são as inclusões de um número maior de crianças nas instituições escolares, “especialmente aquelas pertencentes aos setores populares, uma vez que as crianças de seis anos de idade das classes média e alta já se encontram, majoritariamente, incorporadas ao sistema de ensino” (BRASIL, 2007, p.5). Tais mudanças exigem tratamento político, administrativo e pedagógico, uma vez que o objetivo de um maior número de anos no ensino obrigatório e assegurar a todas as

crianças um tempo mais longo de convívio escolar com maiores oportunidades de aprendizagem.

Esta ampliação do tempo escolar é uma tendência mundial, pois acredita-se que a educação precisa contribuir para a formação cidadã e neste sentido, esta política educacional não deve ser compreendida como sendo somente a inclusão de uma nova série, mas a oportunidade de equidade como também de repensar a organização escolar e as especificidades e necessidades das crianças.

## **1 POLÍTICAS EDUCACIONAIS E O ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS**

As crianças que ainda não possuem 6 anos completos enquadram-se na Educação Infantil.

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade (BRASIL, 1996).

Neste sentido, a Educação Infantil, possui particularidades que demandam políticas e práticas educativas específicas, que fazem parte da Educação Básica. A organização do Ensino Fundamental de 9 (nove) anos e da Educação Infantil adotam a seguinte nomenclatura e absorvem as faixas etárias abaixo relacionadas:

<b>ETAPA DE ENSINO</b>	<b>FAIXA ETÁRIA PREVISTA</b>	<b>DURAÇÃO</b>
<b>Educação Infantil</b>	<b>Até 5 anos de idade</b>	
Creche	Até 3 anos de idade	
Pré-Escola	4 e 5 anos de idade	
<b>Ensino Fundamental</b>	<b>Até 14 anos</b>	<b>9 anos</b>
Anos Iniciais	de 6 a 10 anos	5 anos
Anos Finais	de 11 a 14 anos	4 anos

Fonte: BRASIL, 2006

Para a legitimidade e a efetividade dessa política educacional, é necessário analisar as condições administrativas, financeiras, materiais, recursos humanos e mudanças pedagógicas, bem como acompanhamento em todos os níveis do processo educacional<sup>4</sup>.

A organização dos tempos do Ensino Fundamental não se esgota no modelo seriado; existem outras formas de organização escolar que podem ser opções político-pedagógicas da instituição que demandam de estudo e respeito às necessidades e tempos dos sujeitos aprendentes uma vez que o desenvolvimento humano não se realiza de forma linear e fragmentada, mas global e complexa, o que envolve mais além do estudo, a reflexão e a prática democrática que precisa ser o eixo das tomadas de decisão dos estabelecimentos de ensino.

Os 9 anos de Ensino Obrigatório são distribuídos em 5 anos iniciais (do 1º ao 5º ano) e 4 anos finais (do 6º ao 9º ano). A tabela a seguir representa algumas das possibilidades de organização do Ensino Fundamental:

RESOLUÇÃO Nº 3 CNE/CEB		POSSIBILIDADES DE ORGANIZAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS CRIADAS E IMPLEMENTADAS PELOS SISTEMAS DE ENSINO									
ANOS INICIAIS	1º ano	Fase Introdutória	1ª série básica	Ciclo de Alfabetização	Bloco Inicial de Alfabetização	1ª série	Turmas de 6 anos	1ª Ciclo	1ª Ciclo	1ª Ciclo	1ª Ciclo
	2º ano	1ª série básica	1ª série regular			2ª série	Turmas de 7 anos				
	3º ano	2ª série	2ª série	2ª série	3ª série	Turmas de 8 anos					
	4º ano	3ª série	3ª série	3ª série	3ª série	4ª série	Turmas de 9 anos	2ª Ciclo	2ª Ciclo	2ª Ciclo	
	5º ano	4ª série	4ª série	4ª série	4ª série	5ª série	Turmas de 10 anos				
ANOS FINAIS	6º ano	5ª série	5ª série	5ª série	5ª série	6ª série	Turmas de 11 anos	3ª Ciclo	2ª Ciclo	3ª Ciclo	
	7º ano	6ª série	6ª série	6ª série	6ª série	7ª série	Turmas de 12 anos				
	8º ano	7ª série	7ª série	7ª série	7ª série	8ª série	Turmas de 13 anos	4ª Ciclo	3ª Ciclo		
	9º ano	8ª série	8ª série	8ª série	8ª série	9ª série	Turmas de 14 anos				

Fonte: BRASIL, 2006, p.5.

<sup>4</sup> Quanto às questões administrativas, ressalta-se que, as crianças que não pertencem ao sistema de ensino deverão ter 6 anos completos até o início do ano letivo para que possam ingressar no Ensino Fundamental de 9 anos. É preciso também, observar o corte de ingresso do respectivo sistema de ensino.

É fundamental ressaltar que a possibilidade de a criança ingressar mais cedo no ensino fundamental não significa acelerar seu processo de saída, mas sim dar a essa criança maiores condições de ensino aprendizagem. Quando se escreve sobre mudanças pedagógicas, coloca-se em pauta a reelaboração da proposta pedagógica das Secretarias de Educação e dos Projetos Pedagógicos das escolas, de modo que se assegure às crianças de 6 anos de idade seu pleno desenvolvimento em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, social e cognitivo. Estabelecer políticas de formação continuada para professores, gestores e profissionais de apoio, assim como material e espaço adequado para acolhê-las é essencial para esta que estes objetivos sejam alcançados.

Muitas são as questões e inquietudes que perpassam a formulação e efetivação desta lei, mas algumas perguntas merecem destaque: quem é a criança que está sendo recebida no 1º ano do ensino fundamental? De onde vem? Quais as singularidades desta idade? Por que à medida que avançam os segmentos escolares se reduzem os espaços e tempos do brincar e as crianças vão deixando de ser *crianças* para serem *alunos*?

No que diz respeito ao conteúdo do 1º ano do Ensino Fundamental de 9 anos, este não deve ser o conteúdo trabalhado no 1º ano / 1ª série do ensino Fundamental de 8 anos, pois não se trata de realizar uma adequação dos conteúdos da 1ª série do Ensino Fundamental de 8 anos e “esta série não se destina exclusivamente a alfabetização”, entendida aqui como aprendizagem da leitura e da escrita. Neste sentido, este também não deve ser a única finalidade das demais séries do ensino fundamental. (BRASIL, 2006 p. 9). Faz-se necessário, elaborar uma nova proposta curricular coerente com as especificidades não da criança de 6 anos, mas também das demais crianças, de 7, 8, 9 e 10 anos, que constituem os 5 anos iniciais do Ensino Fundamental (BRASIL, 2006 p. 9).

Precisamos privilegiar a continuidade ao invés da fragmentação e a separação. A separação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental dificulta a inserção desta criança na Educação Fundamental e muitas vezes não ajuda a compreender a criança enquanto tal nas outras séries que formam esta modalidade. Isso por que, do ponto de vista da criança, esta “separação”, “fragmentação”, que é burocrática e que a educação formal institui para a sua organização, não existe. Para Nascimento:

Pensar sobre a infância na escola e na sala de aula é um grande desafio para o ensino fundamental que, ao longo de sua história, não tem considerado o corpo, o universo lúdico, os jogos e as brincadeiras como prioridade. Infelizmente, quando as crianças chegam a essa etapa de ensino, é comum ouvir a frase: “Agora a brincadeira acabou” (2007, p.30).

Essa nova proposta curricular deve, também, estender-se aos anos finais desta etapa de ensino, pois pode significar um avanço na formação de nossos educandos, na medida em que, acreditamos que a infância não termina na 1ª ou 2ª séries.

Considerando que a escola é uma instituição inserida num todo social amplo e complexo e que para tornar-se mais efetiva em sua tarefa de educar e formar cidadãos, deve ser construída a partir do conhecimento desta realidade social, cultural, econômica e histórica na qual está inserida. Mas as práticas pedagógicas voltadas à criança levam em conta no seu fazer diário as diferenças étnicas, religiosas, experiências de cultura, com brinquedos, museus, cinema, teatro, e a literatura? (KRAMER, 2007, p.21)

Sendo assim, acrescentamos outros questionamentos aos já mencionadas: de que forma esta proposta pode levar a uma escolarização mais construtiva, contribuindo para uma mudança na estrutura e na cultura escolar? Que cuidados seriam essenciais para que esta proposta não se constitua em uma medida meramente administrativa? O que significa dizer que é necessário estar atento as características da criança de 6 anos, considerando-as sujeitos de sua aprendizagem? De que forma o lúdico e o concreto inserem-se nas reflexões e na prática cotidiana das escolas? Ou ainda, e talvez o mais importante: o lúdico e o concreto inserem-se nas reflexões e na prática cotidiana das escolas?

## **2 A CRIANÇA E O BRINCAR: COMO PENSAM E APRENDEM?**

O ser humano é um ser de relações que ocorrem na complexidade, em múltiplos sentidos e níveis. A criança assim que nasce é um ser completo, porém necessita do adulto para sobreviver face às suas necessidades, tais como fome, frio, calor, dor, entre outras. Ela é um ser humano social e histórico, pois pertence a uma família e em extensão, a uma sociedade, ambas tendo uma cultura própria, inserida num determinado momento históricas.

O desenvolvimento psicológico e afetivo acontece através das interações da criança com o meio físico e social, como também na interação com as outras pessoas (adultos ou crianças) que exercem um papel fundamental na construção do conhecimento. Nessa perspectiva, a primeira infância, dentre outras fases, é uma etapa fundamental no processo de desenvolvimento humano.

Mesmo que o desenvolvimento infantil ocorra de forma semelhante a todas as crianças, é basilar não considerar, enquanto pais e educadores, as particularidades, as individualidades e os ritmos de cada criança. Nesse sentido, a experiência grupal que ocorre na família, na escola e em outros ambientes sociais, na interação adulto-criança, criança-

adulto e criança-criança, deve possibilitar o desenvolvimento na resolução de problemas e no respeito próprio e pelos outros.

Nesse contexto, o processo educacional formal é um elemento imprescindível para os sujeitos no processo de aprendizagem e de desenvolvimento. Ao educador é fundamental a busca por fundamentos teóricos-metodológicos que permitam a compreensão do pensamento humano e da construção do conhecimento no processo educativo. Dois teóricos, entre outros, que vem contemplar esses aspectos, através de suas teorias, são Jean Piaget e Lev Vygotsky.

Segundo Piaget, o desenvolvimento cognitivo acontece de forma processual e lenta, através das ações concretas e/ou abstratas que se concretizam na medida em que a experiência com o objeto acontece como mecanismo de resposta ao meio no qual faz parte, na tentativa de adaptação e superação das dificuldades e dos objetivos a que se propunha na realização da tarefa. É necessário destacar a importância da interação e manipulação da criança com o seu meio, através do uso dos jogos, brincadeiras, da observação e do desafio como instrumento de aquisição e conquista de conhecimento sobre o seu mundo, já que para ele a inteligência é a construção de relações e esta se constrói com a manipulação e a interação (PIAGET, 1987, p.388) e neste sentido a brincadeira e a fala são objetos naturais de manipulação.

Para este teórico, a criança em idade escolar entre 2 e 11 anos passa por dois estágios de desenvolvimento mental:

**A- Pré-operacional** - neste estágio (dos 2 aos 7 anos), o pensamento de uma criança, de acordo com os padrões de um adulto, é ilógico e totalmente concentrado em si próprio. Ela começa a usar símbolos para representar objetos, lugares e pessoas. Os símbolos, imagens que representam algum objeto ou pessoa, são sensações visuais, sonoras ou de toque invocadas internamente. Nas brincadeiras, uma criança age de acordo com sua visão do mundo, usando um sistema de símbolos para representar o que ela vê em seu ambiente.

**Operacional concreto** - no estágio operacional concreto (de 7 a 11 anos), a criança começa a ganhar a capacidade de pensar de maneira lógica e entender os conceitos que usa ao lidar com o ambiente ao seu redor (TERRA, 2007)

Para Piaget, a solução de problemas leva ao conhecimento, aliada a maturação biológica que poderia desencadear a passagem a estágios de desenvolvimento e a transformação das capacidades cognitivas, que se dão, não de forma automática e igual, mas como resultado de longas e complexas interações internas e externas.

De acordo com Vigotski, o brinquedo é um fator muito importante do desenvolvimento psicológico da criança; a liberdade de criar uma situação imaginária é um

meio para desenvolver o pensamento, e em especial o pensamento abstrato (1991, p.118). O trecho abaixo nos revela elementos desta afirmação:

*Uma professora de creche observava as crianças de sua turma desenhando. Ocasionalmente passeava pela sala para ver os trabalhos de cada criança. Quando chegou perto de uma menina que trabalhava intensamente, perguntou o que desenhava. A menina respondeu:*

*- “Estou desenhando Deus”.*

*A professora parou e disse:*

*- “Mas ninguém sabe como é Deus”.*

*Sem piscar e sem levantar os olhos de seu desenho, a menina respondeu:*

*- “Saberão dentro de um minuto” (BORBA, 2007, p.54)*

A imaginação “desempenha na vida da criança, as diversas possibilidades de representação do real e os modos próprios de estar no mundo e de interagir com ele” (NASCIMENTO, 2007, p.26). É indispensável desenvolver e estimular a imaginação, a capacidade investigativa e dialógica que já é natural nestas faixas etárias. A essência do processo de aprender se dá nesta interação com o outro e o meio privilegiado é, sem dúvida a linguagem. Esta, por sua vez, acontece de diferentes formas e em diferentes lugares: em casa, na rua, no mundo, nos livros. Como forma privilegiada destaca a linguagem falada e escrita, mas ambas implicam em uma decodificação do mundo e dos significados deste.

A linguagem só existe se existirem as relações interpessoais. Interação com o meio e com o outro, por meio da manipulação, do desafio que acrescentará um número e uma qualidade maior de experiências vividas. O bom aprendizado é aquele que se adianta ao desenvolvimento, aquele que gera a zona de desenvolvimento proximal<sup>5</sup>, o espaço em que a criança já faça com outro o que pode vir a fazer sozinha. Por isso, é tarefa do professor que oriente os alunos em direção ao saber, para ajudar no desenvolvimento mental do educando (CASTORINA, 2003, p. 24).

Ainda para Vigotsky, a escrita deve ser ensinada naturalmente e que este processo deve ser cultivado ao invés de imposto como um treinamento; precisa ser entendido como uma forma de expressão. O caminho mais apropriado “é aquele em que as crianças descubram essas habilidades durante as situações de brinquedo” (1991, p.134). Segundo Piaget:

---

<sup>5</sup> Zona de desenvolvimento proximal é uma área onde se manifestam capacidades por meio da ajuda do outro. O outro é o conjunto de significados, de signos.

O que se deseja é que o professor deixe de ser apenas um conferencista e que estimule a pesquisa e o esforço, ao invés de se contentar com a transmissão de soluções já prontas. Quando se pensa no número de séculos que foram necessários para que se chegasse à Matemática denominada “moderna” e à Física contemporânea, mesmo a macroscópica, seria absurdo pensar que, sem uma orientação voltada para a tomada de consciência das questões centrais, possa a criança chegar apenas por si a elaborá-las com clareza (1988, p. 15).

É salutar que o educador conheça como ocorre a construção do conhecimento e do desenvolvimento dos sujeitos. Nesse sentido, Jean Piaget, contribuiu acerca dos períodos do desenvolvimento cognitivo e Vigotski, acerca da linguagem e da interação com os outros.

Segundo Vigotski, o papel do mestre:

Vai sendo cada vez mais reduzido a zero e substituído de todas as maneiras pela energia ativa do aluno, que em toda parte deve não viver do alimento do que o mestre lhe oferece, mas procurar por conta própria e obter conhecimentos, mesmo quando os recebe do mestre (2001, p.447).

Portanto, conhecer e compreender as teorias de grandes estudiosos, entre eles, Piaget e Vigotski é fundamental para entender o processo de desenvolvimentos e da aprendizagem humana. É possibilitar a promoção da consciência do educador, uma vez que se ele sabe como o aluno aprende, ele pode organizar o ensino pela compreensão de como se aprende.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, também salientam que “(...) *as estratégias pedagógicas devem evitar a monotonia, o exagero de atividades “acadêmicas” ou de disciplinamento estéril*” (BRASIL, 1998)

Uma criança na faixa etária de 6 anos já apresenta possibilidades de compreender o mundo, estruturando seu pensamento e fazendo uso de múltiplas linguagens. Esse desenvolvimento possibilita a elas participar de jogos que envolvem regras e se apropriar de conhecimentos, valores e práticas sociais construídos em seu contexto cultural. Nessa fase, as crianças vivem “um momento crucial de suas vidas no que se refere à construção de sua autonomia e de sua identidade” (BRASIL, 2004, p.19)

A linguagem escrita e a decodificação desta se constituem um dos eixos de formação do ensino fundamental, mas é importante ressaltar, no entanto, que a alfabetização não pode ser o aspecto único nem tampouco isolado desse momento da escolaridade formal. Fornecer um ambiente propício para o desenvolvimento desta habilidade é importante, especialmente por que vivemos em uma sociedade letrada e o não incentivo desta pode provocar uma exclusão aos bens historicamente acumulados pela humanidade (BRASIL, 2004, p. 19).

### **Tecendo considerações**

Frente à política educacional do ensino fundamental de 9 anos, o educador tem papel fundamental neste processo e necessita de formação continuada, de conhecimento do sujeito de 6 anos, de capacidade de escuta, e de compreensão das informações do mundo infantil.

A criança nesta faixa etária tem muita potencialidade para aprender, mas ainda tem necessidade de brincar e o professor terá êxito se além de conhecer o desenvolvimento infantil, trabalhar de forma lúdica, estimulante e curiosa.

A preparação profissional para esta nova política é essencial. Dados do MEC apontam que as maiores taxas de repetência no Brasil se concentram na 1ª série e os resultados dessa repetência são desastrosos para a criança. De fato, com a antecipação da idade, deve-se estar atento para esta realidade de reprovação e buscar caminhos para um projeto político pedagógico que contemple a criança em todos os seus aspectos e que permita a criança não somente o acesso à escola, mas a aprendizagem efetiva com permanência e sucesso, respeitando seu tempo próprio e isso implica em não queimar etapas, nem acelerá-lo. Implica em possibilitar a criança condições de construir conhecimentos que contribuam em sua formação enquanto ser social, capaz de aprender, criar e intervir no mundo de forma propositiva.

A educação escolar tem sido uma dos grandes desafios para a humanidade. Desafios que significam oportunidades para a apreensão do belo e da harmonia, que os ajudam a dar significado a suas vidas, a construir projetos de um futuro digno.

Sabemos que será preciso mais, muito mais, para que se possam garantir compromissos verdadeiros com a construção desse futuro. Portanto, se a escola e/ou os responsáveis por tais mudanças fracassarem nesse ambicioso projeto, a educação fará ruir muito mais do que os seus estatutos.

### **REFERÊNCIAS**

BORBA, Ângela Meyer; GOULART, Cecília. As diversas expressões e o desenvolvimento da criança na escola. BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos: orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade**. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel e Aricália Ribeiro do Nascimento (Org.) Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2007.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Educação Infantil, 1998. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=323&Itemid=454>>. Acesso em: 10 out. 2008.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.394, de 20 de setembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=content&task=view&id=78&Itemid=221>>. Acesso em: 20 out. 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Ampliação do Ensino Fundamental para nove anos:** terceiro relatório do programa. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Ensino Fundamental de nove anos – orientações gerais** – Brasília: Ministério da Educação, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel e Aricália Ribeiro do Nascimento (Org.) Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2007.

CASTORINA, José Antônio; FERREIRO, Emília; LERNER, Delia. **Piaget – Vigotsky.** 6ª edição, São Paulo: Ática. 2003.

Enciclopédia de Pedagogia Universitária: glossário vol 2/ Ed. chefe: Marília Costa Morosini. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.

KRAMER, Sônia. A infância e sua singularidade. BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel e Aricália Ribeiro do Nascimento (Org.) Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2007.

NASCIMENTO, Anelise Monteiro do. A infância na escola e na vida: uma relação fundamental. BRASIL. Ministério da Educação. **Ensino Fundamental de nove anos:** orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Jeanete Beauchamp, Sandra Denise Pagel e Aricália Ribeiro do Nascimento (Org.) Brasília: FNDE, Estação Gráfica, 2007.

PIAGET, Jean. **O nascimento da inteligência na criança.** 4ª edição. RJ: Guanabara, 1987.

PIAGET, Jean. **Para onde vai a educação?** Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

PONTUSCHKA, Nádia Nacib. **O perfil do professor e o ensino-aprendizagem da Geografia.** Cadernos CEDES, Campinas, editora Papirus, nº 39, p. 57-63, dez. 1996.

SHIROMA, Eneide Oto, MORAIS, Maria Cecília Marcondes de, EVANGELISTA, Olinda. **Política Educacional.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

TERRA, Márcia. **O desenvolvimento humano na teoria de Piaget.** Disponível em<<http://www.unicamp.br/iel/site/alunos/publicacoes/textos/d00005.htm>> acessado no dia 21/10/2008.

VIGOTSKI, Lev Semenivich. **Psicologia Pedagógica.** São Paulo: Martins Fontes, 2001.